



**GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO**

Colégio
00001

Sala
0001

Ordem
0001

Dezembro/2018

**Concurso Público para Provimento de Cargos de
Analista Jurídico**

Nome do Candidato
Caderno de Prova 'S02', Tipo 001

Nº de Inscrição
MODELO

Nº do Caderno
TIPO-001

Nº do Documento
000000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Discursiva-Redação

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Importante ser positivo e perseverante nas ações para o alvo.

**Conhec. Gerais / Conhec. Específicos / Discursiva - Redação
Cargo ou opção S02 - ANALISTA JURÍDICO
Tipo gabarito 1**

001 - E	011 - D	021 - D	031 - B	041 - B
002 - A	012 - E	022 - C	032 - C	042 - A
003 - B	013 - E	023 - A	033 - A	043 - B
004 - C	014 - D	024 - B	034 - E	044 - C
005 - D	015 - A	025 - E	035 - B	045 - D
006 - B	016 - B	026 - C	036 - D	046 - E
007 - E	017 - C	027 - D	037 - C	047 - C
008 - D	018 - B	028 - E	038 - D	048 - D
009 - A	019 - A	029 - A	039 - E	049 - A
010 - C	020 - C	030 - B	040 - A	050 - E



CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 5, baseie-se no texto abaixo, do escritor e crítico profissional de literatura e teatro Décio de Almeida Prado.

Vocação de escritor

Os escritores, como os oficiais das forças armadas, são promovidos, seja por merecimento, seja por antiguidade. Alguns impõem-se ao público e aos seus pares em poucos golpes de audácia e talento. São os escritores natos, de vocação imperiosa e irresistível. Outros – e talvez seja este o meu caso – crescem na estima da classe intelectual graças à continuidade de um trabalho de muitos e muitos anos. Escrevem por força do ofício, mas é possível que preferissem permanecer como leitores inveterados.

Quando vejo e revejo a minha vida, que já vai longa, passam-me pela memória várias imagens, as mais antigas às vezes, mais nítidas que as recentes. Verifico então, não sem surpresa, que fiz muitas coisas com as quais não contava e deixei de fazer outras tantas que planejara, é verdade que no plano superficial da vontade, não das forças mais profundas da personalidade.

Na minha meninice, sonhei muito em ser poeta. Depois, já na adolescência, na hora difícil de optar por uma profissão, desejei ser médico, como meu pai, casando, de certo modo, clínica e literatura. Já no fim dos estudos superiores, na falta de melhor, tentei ser professor de filosofia, matéria que, apesar de não ter “a cabeça metafísica”, ensinei por bastante tempo em colégios estaduais, sem qualquer proveito para Aristóteles e Kant, mas com imenso prazer pessoal e alguma aquiescência dos alunos. Não podia imaginar que, levado, certa vez, a escrever uma crítica de teatro, estava definindo, para sempre, o meu futuro. Confesso que tenho orgulho em haver contribuído, na medida das minhas forças, para que o teatro saísse da posição humilhante de primo pobre que ocupava entre as artes literárias brasileiras.

(Adaptado de: PRADO, Décio de Almeida. **Seres, coisas, lugares**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, 181-182)

1. No primeiro parágrafo, ao falar sobre escritores, o autor considera a distinção que há entre aqueles que
 - (A) perseveraram sem sucesso em seu ofício e os que se impõem ao seu público valendo-se da generosidade deste.
 - (B) triunfam pela audácia, mesmo quando sem talento, e os que atingem sucesso relativo na continuidade teimosa de seu trabalho.
 - (C) fazem sucesso em meio aos seus pares e os que, por obra do talento maior, conquistam logo o acolhimento de um grande público.
 - (D) são reconhecidos por força de qualidades inatas e os que, como é o seu caso, se impõem pela força de um irresistível talento.
 - (E) impõem a todos, audaciosamente, seu talento natural e os que se afirmam entre seus pares porque perseveraram em seu ofício.

2. No segmento *no plano superficial da vontade, não das forças mais profundas da personalidade*, no contexto do 2º parágrafo, fica estabelecida uma oposição entre
 - (A) a exterioridade dos desejos aparentes e a consistência das motivações mais pessoais.
 - (B) a fragilidade dos desejos mais pessoais e os impulsos que nos chamam da vida exterior.
 - (C) a ilusão dos desejos dados como profundos e a força do que o destino já planejou para cada um.
 - (D) os bloqueios da nossa personalidade profunda e a forma pela qual os desejos se mostram superficiais.
 - (E) a força imperiosa dos desejos manifestos e o pouco controle que sobre eles tem a personalidade oculta.

3. No terceiro parágrafo, confessa o autor que sua atividade como crítico de teatro
 - (A) deveu-se sobretudo à força insuspeita de uma vocação autêntica que ele sempre reprimira.
 - (B) manifestou-se por uma circunstância fortuita, mas acabou por se estabelecer de modo definitivo.
 - (C) acabou por substituir sua vocação real, que ele exercitou temporariamente no magistério.
 - (D) foi motivada principalmente pela situação humilhante em que se encontrava o teatro nacional.
 - (E) nasceu por iniciativa de terceiros, que o convocaram para sanar os equívocos do teatro brasileiro.



4. É clara, coesa e correta a **redação** deste livre comentário sobre o texto:
- (A) Desde sua meninice confiava o autor de que seria um poeta, se bem que depois o pai o inspirara a ser médico, quando ele talvez se dispusesse a unir as vocações.
 - (B) Ensinando filosofia, a despeito de não tirar proveito de Kant e Aristóteles, cujas obras ensinava, nem por isso excluiu-se no autor o prazer com que lhes aquiescia.
 - (C) Sem falsa modéstia, o autor não hesita em reconhecer que contribuiu para a tarefa de situar com maior dignidade o teatro brasileiro em nosso cenário cultural.
 - (D) Lembra-nos o texto que muitas vezes a gente é levado para realizarmos desejos ocultos, sem ignorar que os realiza, em vez daqueles que nos parecem claros.
 - (E) Os intelectuais detêm uma forma de reconhecer a vocação cultural alheia cujos critérios são bastante diversos dos que lhes promove o público em geral.
-
5. O **verbo** indicado entre parênteses deverá flexionar-se de modo a concordar com o elemento sublinhado em:
- (A) Não (**faltar**) ao autor, a despeito de suas vocações aparentes, bastante ânimo para reerguer o prestígio do teatro nacional.
 - (B) Quando a alguém não (**ocorrer**) atender seus impulsos primeiros, é possível que venha a atender sua vocação essencial.
 - (C) Diante das condições que (**atravessar**), naqueles anos, o teatro nacional, não hesitou o autor em buscar redimi-lo.
 - (D) Seria preciso que o (**recomendar**) amigos para a função de crítico teatral para que o autor efetivamente se consagrasse nesse trabalho.
 - (E) Aos alunos de colégio (**brindar**) o professor com suas aulas sobre Kant e Aristóteles, de modo modesto, segundo ele mesmo confessa.
-

Atenção: Para responder às questões de números 6 a 10, baseie-se no texto abaixo.

Conversa sobre o liberalismo

O liberalismo promoveu uma ideia curiosa: para fazer a felicidade de todos (ou, ao menos, da maioria), não seria necessário decidir qual é o bem comum e, logo, impor aos cidadãos que se esforçassem para realizá-lo. Seria suficiente que cada um se preocupasse com seus interesses e seu bem-estar. Essa atitude espontânea garantiria o melhor mundo possível para todos. Afinal, nenhum malandro seria tolo a ponto de perseguir seu interesse particular de maneira excessiva, pois isso comprometeria o bem-estar dos outros e produziria conflitos que reverteriam contra o suposto malandro.

Ora, o liberalismo, aparentemente, pegou pra valer. Não paro de encontrar pessoas convencidas de que, cuidando só de seus interesses, elas, no mínimo, não fazem mal a ninguém. O caso seguinte ilustra o que digo.

Converso com o moço que dirige o táxi. Falamos de perspectivas políticas. Ele está indignado com a corrupção das altas e das baixas esferas da política, convencido de que, não fossem os ladrões, o país avançaria e resolveríamos todos os nossos problemas. Concordo, mas aponto que, mesmo calculando generosamente, o dinheiro que some na corrupção não seria suficiente para mudar o Brasil. Sem dúvida, deve ser bem inferior ao dinheiro que o governo deixa de arrecadar por causa da sonegação banal: rendas não declaradas, notas fiscais que só aparecem sob pedido e por aí vai. Pergunto-lhe então quanto ele paga de Imposto de Renda. Ganho a famosa resposta: "Não adianta pagar, porque nada volta para a gente." Alego que não adianta esperar que algo volte se a gente não paga.

(Adaptado de: CALLIGARIS, Contardo. **Terra de ninguém**. São Paulo: Publifolha, 2004, p. 252-253)

6. Em relação ao que se costuma entender por liberalismo, o autor acredita que
- (A) o objetivo de uma realização coletiva só é alcançado quando já se garantiu plenamente o direito de uma realização pessoal.
 - (B) é equivocada a ideia de que a busca espontânea de satisfazer os interesses individuais redunde em benefício para todos.
 - (C) essa corrente de pensamento não obteve êxito por não convencer as pessoas de que o interesse privado é também um ideal público.
 - (D) os adeptos dessa tendência filosófica moderna interessam-se em promover uma tarefa de caráter social que a política não toma para si.
 - (E) somente pela imposição dessas novas ideias liberais a cada cidadão é que as políticas coletivistas podem obter algum sucesso.

7. Na conversa que manteve com o motorista do táxi, o autor firmou uma posição pessoal, representada no segmento
- (A) *nenhum malandro seria tolo a ponto de perseguir seu interesse particular de maneira excessiva* (1º parágrafo).
- (B) *isso comprometeria o bem-estar dos outros* (1º parágrafo).
- (C) *Falamos de perspectivas políticas* (3º parágrafo).
- (D) *não fossem os ladrões, o país avançaria e resolveríamos todos os nossos problemas* (3º parágrafo).
- (E) *não adianta esperar que algo volte se a gente não paga* (3º parágrafo).
-
8. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:
- (A) *promoveu uma ideia curiosa* (1º parágrafo) = dispersou um pressuposto bizarro.
- (B) *perseguir seu interesse particular* (1º parágrafo) = ir de encontro ao motivo pessoal.
- (C) *indignado com a corrupção* (3º parágrafo) = infenso às falcatruas.
- (D) *Alego que não adianta esperar* (3º parágrafo) = Argumento que é inócuo aguardar.
- (E) *algo volte se a gente não paga* (3º parágrafo) = retorne o que não se ressarciu.
-
9. *Não paro de encontrar pessoas convencidas de que, cuidando só de seus interesses, elas, no mínimo, não fazem mal a ninguém.*
- A frase acima ganha uma nova, coerente e correta redação no seguinte caso: **Não paro de encontrar pessoas**
- (A) certas de que, preservando apenas o que lhes interessa, elas, pelo menos, não trazem prejuízo a ninguém.
- (B) inteiradas de que ao tratar só dos seus interesses, não se esperem delas nem mesmo que possam prejudicar alguém.
- (C) convictas quanto ao fato de que, por cuidarem delas exclusivamente, não impliquem no mal de quaisquer outros.
- (D) em cujas certezas está que, pelo fato de preservar seus próprios interesses, não acarretam de qualquer malefício a outrem.
- (E) presumidas da certeza segundo a qual nenhum mal efeito é proporcionado por quem se restringe às suas próprias necessidades.
-
10. Há ocorrência de forma verbal na voz passiva e pleno atendimento às normas de concordância na frase:
- (A) Costuma ocorrer com frequência, conforme a argumentação do autor do texto, distorções graves quanto ao que se entende por liberalismo.
- (B) Não é dado a ninguém presumir que seus interesses pessoais, em todos os casos, haja de coincidir com os de seus semelhantes.
- (C) Por que razão esperar que sejamos aquinhoados de um conjunto de benefícios que nada fizemos por merecer?
- (D) Os impostos de renda dos sonegadores não poderão reverter em investimentos capazes de gerar benefícios públicos.
- (E) O motorista de táxi acabou por fornecer ao autor argumentos que o deixou convencido da justeza de sua teoria sobre os liberais de ocasião.

Raciocínio Lógico-Matemático

11. Uma loja fez uma promoção e reduziu o preço do pneu em R\$ 30,00 a partir de primeiro de março. Três meses depois, a promoção terminou, e o preço do pneu foi reajustado em 15%, de modo que o novo preço ficou R\$ 0,30 maior do que o preço pelo qual o pneu era vendido antes da promoção. Supondo que não tenha havido outras alterações de preço no período, a soma dos algarismos que compunham, em reais, o preço do pneu antes da promoção é
- (A) 6.
- (B) 10.
- (C) 8.
- (D) 7.
- (E) 9.



12. As inscrições para um concurso ficaram abertas durante 31 dias. No total, inscreveram-se 1370 pessoas. Nessas condições,
- (A) pelo menos metade das inscrições concentraram-se em 15 dos 31 dias do período de inscrições.
 - (B) houve, pelo menos, uma inscrição em cada dia do período de inscrições.
 - (C) em nenhum dos dias do período de inscrições inscreveram-se mais do que 50 pessoas.
 - (D) em, pelo menos, um dos dias do período de inscrições, inscreveram-se, no máximo, 40 pessoas.
 - (E) em, pelo menos, um dos dias do período de inscrições, inscreveram-se, ao menos, 45 pessoas.
-
13. Um grupo de 17 amigos se reuniu para assistirem, juntos, um jogo na televisão e fizeram um levantamento entre eles sobre que comidas e bebidas deveriam comprar para o programa. Ao final do levantamento, contabilizaram-se, ao todo, 8 votos para refrigerante, 12 votos para sorvete e 8 votos para pizza. Sabe-se, também, que 3 dos amigos votaram para refrigerante e pizza, 5 votaram para refrigerante e sorvete, e 5 votaram para pizza e sorvete. O número de pessoas que votou para refrigerante, pizza e sorvete foi
- (A) 5.
 - (B) 1.
 - (C) 3.
 - (D) 4.
 - (E) 2.
-
14. Em um restaurante, para compor um prato, um cliente deve selecionar quatro ingredientes, sendo que, necessariamente, pelo menos, um deles deve ser um legume e, pelo menos, um deles deve ser uma carne. Há três opções de legumes e quatro opções de carnes. O número de combinações possíveis de pratos é
- (A) 7.
 - (B) 12.
 - (C) 64.
 - (D) 34.
 - (E) 14.
-

História do Amapá

15. As principais conquistas portuguesas obtidas pelo Tratado de Utrecht (1713) em relação às pretensões francesas na Amazônia foram:
- (A) o reconhecimento do Rio Oiapoque como fronteira entre as possessões francesas e portuguesas e a posse das duas margens na Foz do Rio Amazonas.
 - (B) a cessão de Caiena para o livre comércio empreendido por súditos portugueses e a posse da Fortaleza da Ilha do Diabo.
 - (C) a posse da margem sul do Rio Amazonas e a devolução de São Luís, antiga França Equinocial, aos portugueses.
 - (D) o domínio da Ilha do Marajó e o direito à navegação do Rio Amazonas, controlado pelos jesuítas franceses.
 - (E) a definição do Rio Caciaporé como fronteira entre as possessões francesas e portuguesas, e a conquista de Belém aos franceses.
-
16. Durante a Cabanagem, guerra civil que marcou o território do Grão Pará em meados do século XIX, o atual território do Amapá serviu como
- (A) palco das principais batalhas após o envio de embarcações pelo governo imperial e pela França, que foram atacadas por populares a partir da tomada da Fortaleza de São José.
 - (B) local de concentração de forças legalistas, principalmente em Macapá e Mazagão, amparadas pelas elites locais e contrárias aos cabanos.
 - (C) marco divisor na história do movimento, uma vez que foi em Macapá que ocorreu o assassinato do principal líder cabano, Antonio Vinagre, dando início ao genocídio que marcou a repressão aos revoltosos.
 - (D) campo de resistência contra as forças portuguesas, uma vez que lideranças cabanas assumiram o controle de Belém e Macapá por dois anos, onde montaram suas bases.
 - (E) cenário de combates intensos entre os cabanos e os legalistas, que, em minoria, foram obrigados a se refugiarem no interior do Amapá até o desfecho da guerra.
-

17. Considere o texto abaixo.

Com o aprofundamento da guerra, Vargas teve que escolher o lado norte-americano, uma vez cortadas as relações marítimas com a Europa. Conquistou mais ganhos materiais que nenhum outro país do continente, como armamentos e treinamento de uma tropa para lutar na Europa, a FEB (Força Expedicionária Brasileira), e dinheiro para instalação da primeira grande siderúrgica latino-americana, a CSN (Companhia Siderúrgica Nacional) de Volta Redonda. Em troca, forneceu matérias-primas e produtos estratégicos, como a borracha, e cedeu 16 bases em território nacional para ocupação de soldados e oficiais dos Estados Unidos, como a Base Aérea do Amapá. Com a construção dessa Base, antes mesmo do Amapá se tornar território, o governo central demonstrou na prática a importância das terras amapaenses para o Brasil e para o mundo em guerra. Por conta da expansão alemã pela Europa e a África, o litoral norte do Brasil se tornou estrategicamente crucial, para concentrar as forças armadas que pudessem combater os nazistas nessa altura do Oceano Atlântico.

(Adaptado de: CAVLAK, Iuri e GRANJER, Stéphane. **Entre criação do Amapá e intercâmbios econômicos, as consequências da Segunda Guerra Mundial nas relações entre o Brasil e a Guiana Francesa** Revista Fronteiras & Debates, Macapá, v. 1, núm. 1, 2014, pp. 69-70)

Segundo o trecho acima,

- (A) a instalação da Companhia Siderúrgica Nacional no Território do Amapá representou um ganho para o continente, uma vez que as relações com a Europa estavam prejudicadas devido à guerra.
- (B) a invasão nazista das terras amapaenses foi um fator decisivo para Getúlio Vargas aderir ao lado norte-americano, adotar estratégias militares e, naquele contexto, criar o Território do Amapá.
- (C) a construção da Base Aérea do Amapá está relacionada às negociações entre Brasil e Estados Unidos, bem como à localização estratégica que favorecia os objetivos dos aliados.
- (D) o Amapá e os outros estados da atual região Norte do Brasil foram escolhidos pelos EUA para a instalação das 16 bases militares que tinham a função de combater o avanço nazista pelo oceano Atlântico.
- (E) a decisão do governo de criar o Território Federal do Amapá ocorreu para viabilizar a instalação de uma base militar pelos EUA, de modo que as forças armadas combatessem melhor o avanço nazista durante a guerra.

Geografia do Amapá

18. São características demográficas do estado do Amapá:

- (A) Até o ano 2000, não contava com pessoas com 100 anos ou mais de vida, enquanto que em 2010 foram contabilizadas mais de 150 pessoas nessa faixa etária.
- (B) A população passa por um processo de envelhecimento, tal qual o Brasil, embora a taxa de fecundidade permaneça como uma das mais altas do país.
- (C) Com uma das menores taxas de mortalidade infantil da região Norte, o estado tem aumentado seu IDH, que chegou a 0,708 em 2010.
- (D) O censo de 2010 mostrou que, embora nasçam mais mulheres que homens, a partir dos 60 anos, há equilíbrio no número de homens e mulheres no estado.
- (E) A faixa etária de 0 a 4 anos predominava em 2000, enquanto que em 2010 a maior parte era composta de pessoas entre 15 e 19 anos.

19. Criado em 22 de agosto de 2002, o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque (PNMT) apresenta, dentre outras, as seguintes características:

- (A) Ter uma pequena parte de suas terras no estado do Pará; localizar-se no Escudo das Guianas; e o predomínio da Floresta Ombrófila.
- (B) Ser uma unidade de conservação fronteiriça; localizar-se na Bacia Sedimentar Amazônica; e o predomínio de Floresta Aluvial Aciculifoliada.
- (C) Abranger 6 municípios do estado; localizar-se no Escudo Brasileiro; e o predomínio de Floresta Decídua.
- (D) Fazer fronteira com um país; localizar-se na Bacia Sedimentar Amazônica; e o predomínio de Florestas de Galeria.
- (E) Estar localizado integralmente em terras amapaenses; localizar-se no Escudo das Guianas; e o predomínio de Florestas de Galeria.

20. Considere as afirmações abaixo sobre aspectos econômicos do estado do Amapá.

- I. Os principais setores industriais do estado são: Madeira/Mobiliário e Minerais não metálicos.
- II. Em 2013, as atividades agropecuárias e industriais, somadas, corresponderam a 55% do PIB do estado.
- III. Em 2012, o maior PIB *per capita* foi registrado no município de Mazagão, enquanto que o menor foi registrado no município de Amapari.

Está correto o que consta APENAS de

- (A) I.
- (B) I e II.
- (C) I e III.
- (D) II.
- (E) II e III.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Direito Constitucional**

21. Em relação à eficácia horizontal dos direitos fundamentais, são destinatários das normas constitucionais que dispõem sobre esses direitos:
- (A) as Entidades autárquicas.
 - (B) os Órgãos do Poder Executivo.
 - (C) as Entidades paraestatais.
 - (D) os Particulares.
 - (E) os Órgãos do Poder Judiciário.
-
22. Corresponde ao disposto na Constituição Federal:
- (A) A educação é direito de todos e dever do Estado, que deve proporcioná-lo nos níveis fundamental, médio e superior, sempre em estabelecimentos oficiais e de forma gratuita.
 - (B) O ensino religioso é vedado no sistema educacional nacional, pois o Brasil é um Estado laico.
 - (C) O sistema educacional consagra o ensino inclusivo, determinando que os portadores de deficiência, sempre que possível, frequentem as aulas na rede regular de ensino.
 - (D) O ensino privado é livre, sem necessidade de cumprimento de regras infraconstitucionais e do chamado conteúdo curricular mínimo.
 - (E) O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, vedada a utilização de qualquer outra língua materna.
-
23. Na sua feição constitucional, a principal característica da previdência social é
- (A) o caráter contributivo.
 - (B) a prestação prioritária por entidades não governamentais.
 - (C) a definição do campo de amparo pelo critério da necessidade.
 - (D) o caráter complementar, com filiação obrigatória.
 - (E) a descentralização, mediante rede regionalizada e hierarquizada de ações e serviços.
-
24. Em uma situação hipotética, João Pedro, empresário do ramo minerário, com pretensão de se candidatar a deputado estadual, foi condenado pela prática do crime de sonegação fiscal em primeira instância. Convencido de sua inocência, ele orientou seu advogado a recorrer contra essa condenação, pois sabe que, no campo dos direitos políticos, a condenação criminal transitada em julgado é causa de
- (A) conscrição.
 - (B) perda ou suspensão desses direitos.
 - (C) hipossuficiência.
 - (D) improbidade administrativa.
 - (E) inalistabilidade *ab initio*.
-
25. Em uma situação hipotética, Ana Maria, juíza de Direito, e Astromélia Auton, promotora de Justiça, recentemente vitaliciadas e lotadas na comarca de Paraíso da Botânica, atuaram em ação penal que resultou na condenação de Paulo, influente líder político daquela região. Por entender que elas cometeram falta disciplinar pela maneira como atuaram no caso e por não confiar nos órgãos de cúpula das instituições a que cada uma delas pertence, Paulo apresentou reclamação contra ambas diretamente perante Conselho Nacional de Justiça (CNJ), pedindo que lhes seja aplicada pena de demissão. Com base nas disposições constitucionais aplicáveis, o CNJ
- (A) pode apreciar de ofício a legalidade da atuação de Ana Maria e Astromélia, aplicando-lhes a pena de demissão, assegurada a ampla defesa.
 - (B) pode conhecer apenas da reclamação contra Ana Maria – uma vez que Astromélia deve ter sua atuação fiscalizada pelo Conselho Nacional do Ministério Público – aplicando-lhe a pena de demissão, assegurada ampla defesa.
 - (C) não pode conhecer da reclamação contra Ana Maria e Astromélia, em razão de não ter havido atuação disciplinar e correicional do tribunal a que ambas estão vinculadas.
 - (D) não pode apreciar a reclamação contra Ana Maria e Astromélia, pois incide, no caso, a vedação de revisão de processos disciplinares julgados há menos de um ano pelo colegiado.
 - (E) pode conhecer apenas da reclamação contra Ana Maria, pois cabe ao Conselho Nacional do Ministério Público fiscalizar a atuação de Astromélia, vedada, para ambas, a aplicação da pena de demissão, uma vez que gozam de vitaliciedade.

Direito Administrativo

26. Diante de uma situação em que um particular tenha desistido de alienar seu terreno ao poder público e que este precise de um imóvel naquelas imediações para construir uma unidade de saúde diante de estudos que demonstram alta demanda pelo serviço, a Administração pública
- (A) deverá localizar outro terreno que se preste às finalidades pretendidas, procedida nova avaliação, e apresentar proposta de compra ao proprietário.
 - (B) poderá, conforme previsto na legislação, ocupar o terreno do particular, independentemente de autorização, providenciando, após, a edição de decreto de declaração de utilidade pública.
 - (C) poderá desapropriar o terreno do particular, pelo valor de mercado apurado em regular avaliação, sem prejuízo de poder optar por outro imóvel para alienação voluntária pelo proprietário.
 - (D) poderá instituir servidão administrativa para instalação da unidade de saúde, esta que exige destituição da titularidade do domínio do proprietário original.
 - (E) deverá instituir servidão administrativa ou limitação administrativa, institutos que permitem a intervenção na propriedade privada, mas não ensejam destituição de domínio por parte do poder público.
-
27. O agente público, empregado de uma sociedade de economia mista, que se utilizou dos caminhões da empresa para fazer remoção de terra de terreno de sua propriedade no curso da construção de sua casa de veraneio,
- (A) comete ato de improbidade, sob a modalidade que gera prejuízo ao erário, o que dispensa a prova de culpa, ficando absorvida a responsabilidade funcional.
 - (B) pode ser disciplinarmente punido, mediante regular processo administrativo, não incidindo a lei de improbidade por se tratar de empregado público, sujeito, portanto, a regime celetista.
 - (C) incide em potencial responsabilidade criminal e civil, não se tipificando ato de improbidade em relação à pessoa jurídica sujeita a regime jurídico de direito privado, salvo se demonstrado prejuízo ao capital social composto por recursos públicos.
 - (D) comete ato de improbidade, em virtude de enriquecimento ilícito, tendo em vista que as empresas estatais, integrantes da Administração pública indireta, podem ser sujeitos passivos daquela infração.
 - (E) não se exime de responsabilidade administrativa, criminal e civil, mas a configuração de ato de improbidade depende da comprovação de que o poder público concorre com mais de 50% da receita anual da empresa.
-
28. A previsão da possibilidade de concessionária de serviços públicos explorar outras receitas durante a execução de contrato de concessão comum ou de concessão patrocinada
- (A) configura mecanismo preferencial ao reequilíbrio econômico-financeiro, de forma que este só pode ser exigido se atingido o potencial máximo de exploração de receitas alternativas ou acessórias.
 - (B) se presta a substituir a contraprestação nos contratos de parceria público-privada que não sejam integralmente remunerados por tarifa.
 - (C) implica assunção de responsabilidade pelo poder concedente pela realização das receitas alternativas inerentes aos contratos, sob pena de reequilíbrio econômico-financeiro.
 - (D) não demanda expressa previsão contratual, considerando que se insere dentre as faculdades inerentes à exploração do serviço público sob o regime de concessão comum.
 - (E) deve constar previamente do edital de licitação, bem como do contrato decorrente desse procedimento, mas não afasta a possibilidade de configuração de hipótese de reequilíbrio econômico-financeiro diante da materialização de eventos que interfiram nessa equação.
-
29. Um procedimento de licitação foi iniciado pela Administração pública para contratação de serviços na área de tecnologia. Finda a fase de habilitação, a Administração verificou que a especificação técnica dos serviços não havia incluído a necessidade de atualização para as versões posteriores dos softwares. A Administração, assim, pode
- (A) republicar o edital, com o termo de referência devidamente retificado, reabrindo os prazos para apresentação de propostas por todos os potenciais interessados.
 - (B) comunicar os licitantes habilitados sobre a alteração do termo de referência, para que possam se manifestar e adaptar as propostas.
 - (C) decidir por anular a licitação, considerando a necessidade de reavaliar a conveniência dos critérios do termo de referência e sua aderência às atualizações de mercado.
 - (D) revogar a licitação, considerando que os fatos supervenientes indicam que o termo de referência continha vícios formais, por não ter atendido as especificações técnicas corretamente.
 - (E) retificar o termo de referência e republicar o edital, fazendo constar do mesmo que apenas os licitantes que participaram do certame anterior poderão comparecer ao novo procedimento.



30. A atuação do Estado e das pessoas jurídicas que integram a Administração indireta define a possibilidade de sua responsabilização extracontratual. Dessa forma,
- (A) somente as pessoas jurídicas de direito público respondem objetivamente pelos danos causados aos administrados, desde que reste demonstrado o nexo de causalidade com a atuação dos agentes públicos.
 - (B) as excludentes de responsabilidade não se aplicam quando se trata de dever de indenização decorrente de atuação lícita do Estado, porque os danos são consequência indireta dos atos praticados dentro da legalidade.
 - (C) não se pode invocar excludente de responsabilidade quando se tratar de responsabilidade extracontratual das pessoas jurídicas prestadoras de serviço público se forem integrantes da Administração pública indireta.
 - (D) a responsabilidade subjetiva pelos atos dos agentes públicos incide quando se tratar de omissão, de hipótese de culpa de terceiro ou da vítima.
 - (E) a culpa exclusiva da vítima não interfere na conclusão acerca da responsabilização do poder público, porque incide a responsabilização objetiva, que se restringe à identificação de danos.

Direito Civil

31. João, desempregado, pediu a seu cunhado Pedro, a título de empréstimo, a quantia de R\$ 2.000,00, para pagar débitos condominiais referentes ao apartamento em que morava com sua esposa. Em razão do destino que João disse que daria ao numerário, Pedro concedeu-lhe o empréstimo. João, contudo, acabou por empregá-lo na compra de um automóvel, atitude que gerou a indignação de Pedro. Dias antes do vencimento ajustado, João pagou a dívida de R\$ 2.000,00 a Pedro, tendo deste recebido a devida quitação. Pedro, apesar do pagamento, veio a ajuizar, em face de João, sob o fundamento de que aquele empréstimo não havia sido pago, uma ação de cobrança. Antes, porém, que se realizasse a citação de João, Pedro arrependeu-se e desistiu da ação. Diante dessa situação, por ter Pedro
- (A) ajuizado a ação, deverá ser condenado a pagar a João o dobro do que havia buscado dele cobrar.
 - (B) desistido da ação, não poderá ser obrigado a pagar a João o dobro do que havia buscado dele cobrar, ressalvado a este o direito de obter daquele indenização por algum prejuízo que prove ter sofrido.
 - (C) ajuizado a ação, deverá ser condenado a pagar a João o equivalente ao que dele havia buscado cobrar.
 - (D) ajuizado a ação, deverá ser condenado a pagar a João metade do que dele havia buscado cobrar.
 - (E) ajuizado a ação, deverá ser condenado a pagar a João o equivalente ao que dele havia buscado cobrar, além de indenização por dano moral.
-
32. De acordo com o Código Civil, são bens públicos:
- (A) os dominicais, tais como os edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, inclusive os de suas autarquias.
 - (B) os de uso comum do povo, tais como edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, inclusive os de suas autarquias.
 - (C) os de uso especial, tais como edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, inclusive os de suas autarquias.
 - (D) os dominicais, que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito privado, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades.
 - (E) os de uso comum do povo, apenas.
-
33. À luz do disposto no Código Civil, considere:
- I. Aplica-se às pessoas jurídicas, no que couber, a proteção dos direitos da personalidade.
 - II. Pode ser declarada a morte presumida, sem decretação de ausência, se for possível, ainda que improvável, a morte de quem, segundo ao menos duas testemunhas, estava em perigo de vida.
 - III. Cessará, para os menores, a incapacidade, pela concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento público ou particular, independentemente de homologação judicial, ou por sentença do juiz, ouvido o tutor, se o menor tiver dezesesseis anos completos.
 - IV. O pseudônimo adotado para atividades lícitas goza da proteção que se dá ao nome.

Está correto o que consta APENAS de

- (A) I e IV.
- (B) I e II.
- (C) II e IV.
- (D) II e III.
- (E) I e III.



34. Antenor e Amélia, pai e filha, adquiriram um imóvel para nele juntos residirem. Em razão de dificuldades financeiras, Antenor e Amélia, por preço justo, venderam-no a Pedro. Embora fosse contrária à venda, Amélia aceitou participar de sua realização apenas pelo receio de desapontar Antenor, a quem respeitava profundamente. Em tal cenário, agiu Amélia sob
- (A) estado de perigo, sendo nulo o negócio jurídico.
 - (B) coação, sendo anulável o negócio jurídico.
 - (C) erro, sendo válido o negócio jurídico.
 - (D) lesão, sendo anulável o negócio jurídico.
 - (E) temor reverencial, sendo válido o negócio jurídico.
-
35. Quando todos os chamados a suceder renunciarem à herança, inexistindo outros herdeiros, será esta desde logo declarada
- (A) jacente.
 - (B) vacante.
 - (C) jacente e vacante, nesta ordem.
 - (D) vacante e jacente, nesta ordem.
 - (E) vacante e jacente, nesta ordem, o que implicará a ineficácia do último ato de renúncia.

Direito Processual Civil

36. De acordo com o disposto no Código de Processo Civil,
- (A) não serão admitidos novos embargos de declaração apenas se os três anteriores houverem sido considerados protelatórios.
 - (B) as questões de fato não propostas no juízo inferior não poderão ser suscitadas na apelação, em virtude da preclusão, ainda que a parte prove que deixou de fazê-lo por motivo de força maior.
 - (C) contra decisão proferida pelo relator do recurso de apelação caberá agravo de instrumento para o respectivo órgão colegiado, observadas, quanto ao processamento, as regras do regimento interno do tribunal.
 - (D) o capítulo da sentença que confirma, concede ou revoga a tutela provisória é impugnável na apelação.
 - (E) decisões que versem sobre o mérito do processo, ainda que em análise perfunctória, só podem ser impugnadas por meio de apelação.
-
37. Em relação ao mandado de segurança, é correto afirmar:
- (A) a sentença ou o acórdão que denegar mandado de segurança, sem decidir o mérito, impedirá, necessariamente, que o requerente, por ação própria, pleiteie os seus direitos e os respectivos efeitos patrimoniais.
 - (B) o direito de requerer mandado de segurança extingue-se-á decorridos cento e oitenta dias, contados da ciência, pelo interessado, do ato impugnado.
 - (C) se não for o caso de mandado de segurança, ou houver decorrido o prazo legal para sua impetração, a petição inicial, por decisão motivada, será desde logo indeferida.
 - (D) o mandado de segurança pode ser manejado tanto para a impugnação de decisão judicial transitada em julgado como para a impugnação de decisão judicial da qual caiba recurso com efeito suspensivo.
 - (E) o pedido de mandado de segurança não admite renovação nem mesmo se deduzido dentro do prazo decadencial e a decisão denegatória não lhe houver apreciado o mérito.
-
38. Joaquim, com dezesseis anos de idade, assistido por sua mãe, Silvana, domiciliada em São Bernardo do Campo-SP, celebrou, no Rio de Janeiro-RJ, com Fabrísio, domiciliado em Macapá-AP, contrato de compra e venda de um relógio, pelo preço de R\$ 3.000,00. Operou-se, então, a tradição do bem, mas, injustificadamente, não se realizou o pagamento. Assim, considerando que não houve eleição de foro, Fabrísio deverá propor contra Joaquim ação de cobrança do preço no foro da comarca de
- (A) São Bernardo do Campo-SP ou Macapá-AP, à sua escolha.
 - (B) Rio de Janeiro-RJ.
 - (C) Macapá-AP.
 - (D) São Bernardo do Campo-SP.
 - (E) São Bernardo do Campo-SP, Macapá-AP ou Rio de Janeiro-RJ, à sua escolha.



39. De acordo com o previsto no Código de Processo Civil quanto à prova documental,
- (A) a falsidade documental em nenhuma hipótese poderá ser suscitada fora da contestação ou da réplica.
 - (B) o documento feito por oficial público incompetente ou sem a observância das formalidades legais, mesmo subscrito pelas partes, não possui nenhuma eficácia probatória.
 - (C) a data do documento particular, quando a seu respeito surgir dúvida ou impugnação entre os litigantes, só poderá ser provada por testemunhas.
 - (D) o documento particular admitido expressa ou tacitamente é sempre divisível, podendo a parte que pretende utilizar-se dele aceitar os fatos que lhe são favoráveis e recusar os que são contrários ao seu interesse.
 - (E) quando a lei exigir instrumento público como da substância do ato, nenhuma outra prova, por mais especial que seja, pode suprir-lhe a falta.

40. Estabelece o Código de Processo Civil:

não se proferirá decisão contra uma das partes sem que ela seja previamente ouvida (art. 9º, caput);

o juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, ainda que se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício (art. 10º).

Tais normas atendem ao princípio

- (A) Contraditório.
- (B) Inércia.
- (C) Primazia do mérito.
- (D) Motivação das decisões judiciais.
- (E) Inafastabilidade da jurisdição.

Direitos Difusos e Coletivos

41. Dentro da atenção especial do Estado do Amapá ao idoso, com 60 anos ou mais, está previsto(a), em lei estadual,
- (A) a casa-lar, destinada à moradia coletiva daqueles com renda suficiente para sua sobrevivência, mas dependentes de terceiros para atividades da vida diária.
 - (B) o centro-dia, destinado aos semidependentes em situação de vulnerabilidade social, cujas famílias não tenham condições de prover esses cuidados durante o dia, ou parte dele, para a realização de atividades da vida diária.
 - (C) a república, destinada àqueles com perfil de semidependência e parcial capacidade de autossustento, arcando o poder público exclusivamente com as despesas de moradia e custeio de um cuidador residente em período parcial.
 - (D) assistência domiciliária, destinada a prover aos carentes ou abandonados, dependentes ou independentes, espaço de moradia provisório enquanto se fortalece, por meio da rede socioassistencial, a capacidade protetiva da família de origem, para fins de reintegração.
 - (E) residência terapêutica, de responsabilidade compartilhada entre Assistência e Saúde, destinada a receber aqueles desprovidos de recursos econômicos, com ou sem retaguarda familiar, cujo quadro de saúde, limitante e degenerativo, implica progressiva intensificação de cuidados especializados.
42. O cuidador social, conforme referido no Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), corresponde
- (A) ao profissional que integra os serviços socioassistenciais destinados à pessoa com deficiência em situação de dependência, para prestar-lhe cuidados básicos e instrumentais.
 - (B) à pessoa, membro ou não da família, que, com ou sem remuneração, assiste ou presta cuidados básicos e essenciais à pessoa com deficiência no exercício de suas atividades diárias.
 - (C) àquele que acompanha a pessoa com deficiência, podendo ou não desempenhar as funções de atendente pessoal.
 - (D) à pessoa idônea, com a qual a pessoa com deficiência mantenha vínculos e que goze de sua confiança, para prestar-lhe apoio na tomada de decisão sobre atos da vida civil.
 - (E) à pessoa que exerce atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e atua em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessária, em todos os níveis e modalidades de ensino.
43. Dentre os principais documentos empregados em Processos de Licenciamento Ambiental no Brasil, o
- (A) Relatório de Conservação Ambiental (RCA) é elaborado ao final do empreendimento e deve descrever, de forma pormenorizada, os procedimentos de controle dos impactos ambientais de médio e longo prazo resultantes da atividade ou empreendimento.
 - (B) PRAD decorre da regra de que os empreendimentos que se destinam à exploração dos recursos minerais deverão, quando da apresentação do EIA e do RIMA, submeter, à aprovação do órgão ambiental competente, um plano de recuperação de áreas degradadas.
 - (C) PCA é exigido para empreendimentos e/ou atividades com elevada capacidade de gerar impactos ambientais irreversíveis, exigindo, pelo princípio da precaução, revalidação da licença ambiental em cada fase do projeto.
 - (D) EIA e o PCA são condições para concessão das Licenças Prévia e de Instalação, ao passo que o PRAD e o RIMA são necessários para obtenção da Licença de Operação.
 - (E) EIA é uma espécie de resumo executivo do RIMA, elaborado de modo a tornar inteligível ao público em geral o impacto ambiental resultante da atividade ou do empreendimento.



44. A responsabilidade civil pelo dano ambiental, qualquer que seja a qualificação jurídica do degradador, público ou privado, é de natureza objetiva, solidária e ilimitada, sendo regida pelos princípios poluidor-pagador, da reparação in integrum, da prioridade da reparação in natura e do favor debilis (STJ – REsp 1.454.281/MG). Nesse contexto, o favor debilis
- (A) define que a reparação ambiental deve começar pelas áreas afetadas mais sensíveis, definidas como as mais diretamente relacionadas à satisfação das necessidades básicas da população local.
 - (B) significa que, em caso de dúvida frente a uma obrigação ambiental, dever-se-á decidir em favor do devedor ambiental.
 - (C) permite legitimar uma série de técnicas de facilitação do acesso à justiça, entre as quais se inclui a inversão do ônus da prova em favor da vítima ambiental.
 - (D) autoriza o poder público a recuperar áreas degradadas às custas do degradador inerte que, sendo particular, fica sujeito à desapropriação do terreno afetado para compensação dos danos produzidos.
 - (E) corresponde ao princípio segundo o qual o meio ambiente, cujo equilíbrio é instável, está em posição de fragilidade diante do poderio exploratório humano, razão pela qual, na dúvida, deve-se optar sempre pela solução que preserve sua integridade.
-
45. É instrumento da Política Nacional de Recursos Hídricos previsto na Lei nº 9.433/1997:
- (A) o enquadramento dos corpos de água segundo a vazão de cada bacia hidrográfica.
 - (B) a racionalização do uso, com a redução paulatina do consumo *per capita*.
 - (C) o consumo humano em prejuízo dos demais usos das águas.
 - (D) a cobrança pelo uso de recursos hídricos.
 - (E) a articulação da gestão dos sistemas estuarinos com a do uso das zonas costeiras.

Direito Tributário

46. Sobre o fato gerador da obrigação principal, conforme determina o Código Tributário Nacional,
- (A) a previsão legal e a atividade administrativa respectiva são condições imprescindíveis à sua ocorrência.
 - (B) trata-se de situação de fato legalmente qualificada e assim reconhecida por ato administrativo.
 - (C) sua ocorrência depende, em qualquer caso, de fato jurídico único e instantâneo.
 - (D) sua ocorrência não depende de lei, mas da declaração do contribuinte.
 - (E) trata-se de situação definida em lei como necessária e suficiente à sua ocorrência.
-
47. O valor pago em pedágio, por usuários de estrada pública cuja exploração tenha sido concedida à iniciativa privada, é
- (A) contribuição de melhoria.
 - (B) taxa de serviço.
 - (C) preço público.
 - (D) empréstimo compulsório.
 - (E) imposto inominado.
-
48. Sobre o crédito tributário, conforme disciplina do Código Tributário Nacional é correto afirmar que:
- (A) só tem exigibilidade suspensa em caso de parcelamento ou moratória.
 - (B) o lançamento nulo por vício formal anula a obrigação respectiva.
 - (C) uma vez efetuado o lançamento, mesmo com vício formal, não poderá ser alterado.
 - (D) o lançamento respectivo, quando nulo por vício formal, não afeta a obrigação tributária.
 - (E) não se extingue com a prescrição.
-
49. Sobre a repartição de receitas tributárias, conforme a Constituição Federal, os
- (A) Municípios participam da arrecadação do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores, em 50% do montante relativo aos veículos licenciados em seus territórios.
 - (B) Estados e Distrito Federal participam da arrecadação do Imposto sobre a Renda, em 20% do montante relativo aos fatos geradores ocorridos em seus territórios.
 - (C) Municípios participam da arrecadação do Imposto sobre Transmissão de Bens Causa Mortis e Doações, em 20% do montante relativo aos fatos geradores ocorridos em seus territórios.
 - (D) Estados, Distrito Federal e Municípios não participam da arrecadação do Imposto sobre a Renda.
 - (E) Municípios participam da arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, em 10% do montante relativo aos fatos geradores ocorridos em seus territórios.
-
50. Sobre a fixação de alíquotas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, na disciplina da Constituição Federal, o Senado Federal
- (A) não poderá fixar alíquotas máximas do imposto para solver conflitos federativos.
 - (B) não poderá, em hipótese alguma, estabelecer alíquotas mínimas para operações internas.
 - (C) só poderá fixar alíquotas máximas nas operações e prestações internas.
 - (D) fixará todas as alíquotas do imposto, desde que a cobrança seja feita na origem.
 - (E) estabelecerá as alíquotas aplicáveis às operações e prestações interestaduais e de exportação.



PROVA DISCURSIVA-REDAÇÃO

Instruções Gerais:

Conforme Edital publicado. Capítulo 9: 9.3 Na Prova Discursiva-Redação, o candidato deverá desenvolver texto dissertativo-argumentativo a partir de proposta única, sobre assunto de interesse geral. 9.5 Na aferição do critério de correção gramatical, por ocasião da avaliação do desempenho na Prova Discursiva-Redação, os candidatos devem usar as normas ortográficas em vigor a partir de 1^a de janeiro de 2016, implementadas pelo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. 9.6 Será atribuída nota ZERO à Prova Discursiva-Redação que: a) fugir à modalidade de texto solicitada e/ou ao tema proposto; b) não atender aos critérios dispostos nos quesitos 9.4.1 – Conteúdo, 9.4.2 – Estrutura e 9.4.3 – Expressão. c) apresentar texto sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento de texto escrito fora do local apropriado; d) for assinada fora do local apropriado; e) apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato; f) for escrita a lápis, em parte ou em sua totalidade; g) estiver em branco; h) apresentar letra ilegível e/ou incompreensível; i) não atender aos requisitos definidos na grade de correção/máscara de critérios pela Banca Examinadora. 9.7 Na Prova Discursiva-Redação, a folha para rascunho no Caderno de Provas será de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção pela Banca Examinadora. 9.8 Na Prova Discursiva-Redação deverão ser rigorosamente observados os limites mínimo de 20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Redação. 9.9 A Prova Discursiva-Redação terá caráter eliminatório e classificatório e será avaliada na escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, considerando-se habilitado o candidato que nela obtiver nota igual ou superior a **60 (sessenta) pontos**.

Observação: NÃO é necessária e/ou obrigatória a colocação de título na sua Redação.

I

Não há como negar que a humanidade experimentou imensos progressos materiais. Entretanto, esses ganhos não são igualmente distribuídos, e condições miseráveis são a realidade de milhões de pessoas. Como organizamos nosso ponto de vista diante de tantas diferenças?

II

A maior parte das pessoas que estuda pobreza e desigualdade defende que, para reduzir disparidades na sociedade, é preciso contar com a boa vontade das elites, apostando na filantropia para atingir esse objetivo.

(Adaptado de: REIS, Elisa Pereira. Disponível em: <http://revistapesquisa.fapesp.br/2018/04/19/elisa-pereira-reis-olhar-pioneiro-sobre-a-desigualdade-social>)

Redija um texto dissertativo-argumentativo, posicionando-se a respeito das ideias expostas acima. Justifique seu posicionamento.

01
02
03
04
05
06
07
08
09
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30